



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
TERCEIRA CÂMARA

lgl

Sessão de 24 de março de 1992

ACORDÃO N.º 303-27.157

Recurso n.º : 111.860 - Processo nº 10845.004450/89-71

Recorrente : CINTER INTERNATIONAL BRANDS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Recorrid : DRF - SANTOS - SP

Importação de mercadoria em volume superior ao licenciado na G.I. Aplicável a multa do art. 526, II, do R.A. Negado provimento ao recurso.

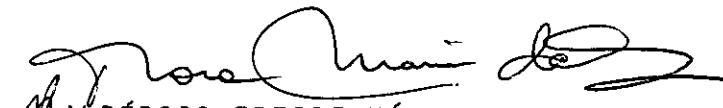
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos,

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, apenas para exigir a multa do inciso II, do art. 526, do R.A., na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 24 de março de 1992.


JOÃO HOLANDA COSTA - Presidente


SANDRA MARIA FARONI - Relatora


ALBÉRCIO FREIRE MÂRMORA - Procurador da Fazenda Nac.

VISTO EM
SESSÃO DE: 24 JUL 1992

Participaram, ainda, do presente julgamento os seguintes Conselheiros:
ROSA MARTA MAGALHÃES DE OLIVEIRA, ELIZABETH MARIA VIOLATTO (Suplente),
RONALDO LINDIMAR JOSÉ MARTON, HUMBERTO ESMERALDO BARRETO FILHO e MILTON DE SOUZA COELHO. Ausente a Cons. MALVINA CORUJO DE AZEVEDO LOPES.

MEFP - TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE - TERCEIRA CÂMARA 02.
RECURSO Nº 111.860 - ACÓRDÃO 303-27.157
RECORRENTE: CINTER INTERNATIONAL BRANDS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
RECORRIDA : DRF - SANTOS - SP
RELATOR : SANDRA MARIA FARONI

RELATÓRIO

Contra a empresa acima identificada, foi lavrado auto de infração nos seguintes termos:

"Em ato de conferência aduaneira das mercadorias despachadas pela D.I. 025.321/89, registrada em 18.07.89, atinente à G.I.s nº 018-029835-2 e 018-029836-2, bem como se depreende da fatura comercial e do campo 11 do anexo II, adições 001 e 002 da citada D.I., ficou constatado que nos 108 barris acondicionados nos containers STTU-21317-6 e DLLU 802658-0 encontram-se 14.141 litros de destilado alcoólico chamado "Cereal Uisque" e 6.124 litros de destilado alcoólico chamado "malte whisky", portanto, 5.703,8 litros e 2.477,2 litros, respectivamente, a maior, desacobertados de Guia de Importação, das mercadorias em tela.

Diante do exposto, torna-se evidente a infringência aos artigos 524, "caput" e 526, inciso II, do Decreto 91.030/85 - Regulamento Aduaneiro, e artigo 364, inciso II, da Lei 87.891/82.

Por conseguinte, fica o contribuinte intimado a recolher a diferença de tributos, multas e demais encargos legais, ..." S/CF

A autuada apresentou impugnação tempestiva, da qual transcrevo as principais razões de defesa:

"... inexiste importação de destilado alcoólico 100% puro para fabricação de uísque. Acontece que as G.I.s.

saíram mencionando, apenas, o teor alcoólico da matéria prima importada, fato demonstrado pela clareza das faturas de exportação (fls. 12/15), pela especificidade do conhecimento de transporte, (fls. 11), pelos anexos II (fls. 6 e 7) da D.I., tudo tendo passado pelo crivo da CACEX que licenciou, autorizando a importação.

17. A análise procedida pelo Ministério da Agricultura que expediu os certificados de inspeção nº 1019 a 1020, existentes às fls. 16 e 17 dos autos, prova tratar-se a mercadoria importada de matéria-prima própria para fabricação de uísque de cereal e de malte, contendo, respectivamente, 60% e 59% de álcool por volume.

18. Ora, 60% e 59% de álcool por volume significa tratar-se de destilado alcóolico diluído em outra matéria química, pois, do contrário, seriam 100% de álcool puro. A declaração anexa (doc. 2), expedida pelo Diretor Presidente da Associação Brasileira de Bebidas ("ABRABE") atesta a prática dos "engarrafados de whisky escocês de importar malt e grain em forma concentrada entre 55° GL e 65° GL de álcool e não em forma de álcool puro."

19. ... não existe álcool 100% puro, sendo 98° GL o máximo, o que significa 2% de água. No tocante ao destilado alcóolico de cereal ou de malte, matéria-prima para fabricação de uísque, tampouco existe 100% de teor alcóolico. A matéria-prima, como dito e provado, é importada sob a forma de um concentrado, "in casu", 59,4° GL sendo o restante de destilado alcóolico diluído em água com outras matérias químicas, subprodutos da destilação, os quais contribuem para dar o especial sabor da bebida.

20. Em verdade, a matéria-prima, cujo concentrado atinge 59,4° GL, é diluída em água para chegar a 40° GL, que é o padrão normal de teor alcóolico para consumo de uísque.....

22. Ninguém importa sem cobertura de G.Is. matéria-prima tão claramente especificada nas D.Is. ,

80

nas faturas de exportação, no conhecimento de embarque, onde não existe discrepância entre os litros de álcool, os litros reais, os barris nos quais os mesmos vêm acondicionados e os "containers" nos quais foram transportados.

23. A lista de preços apresentadas - pela Impugnante à CACEX atesta o preço da matéria-prima por litro de álcool: (doc. 3). Tendo em conta a inexistência de destilado alcoólico 100% puro, o preço de 1,99 libra esterlina por litro de destilado alcoólico de "malte uísque" significa que virá um pouco mais de um litro real, eis que o concentrado vem diluído em 59,4º GL por volume. Daí a especificação, na fatura de exportação, de 3.646,8 litros de destilado alcoólico de "malte uísque" com três anos de envelhecimento, a ser usado como matéria-prima na fabricação de uísque, com 59,4 de graduação alcoólica; 6.124 litros reais acondicionados em 33 barris, ao preço de 1,99 libra esterlina por litro ou 7.257,13 libras esterlinas pelo total (conj. fatura fls. 7, 14 e 15). O mesmo raciocínio aplica-se ao "cereal uísque".

24. Portanto, não há se falar em diferença de preço ou coisa semelhante pois, os 3.646,8 litros de destilado alcoólico de "malte uísque" que correspondem a 6.141 litros reais custaram 7.257,13 libras esterlinas, tendo o I.I. e o IPI sido devidamente pagos, conforme provas existentes nos autos. Igual procedimento houve no tocante ao "cereal uísque", também pago.

.....

A autoridade julgadora de primeira instância considerou a ação fiscal procedente em parte; exonerando o contribuinte apenas da exigência correspondente à multa do art. 364, inciso II do RIPI (Dec. 87.891/82).

Em recurso apresentado a este Colegiado, a interessada argumenta, em síntese, que:

80F

a) Pela fatura do exportador e pela guia de importação verifica-se que o valor pago pela Recorrente foi de 1,10 libra esterlina por litro de cereal uísque, o que equivale, no total, a 9.280,92 libras esterlinas, já que foram importados efetivamente 8.437,2 litros e não 14.171 litros; não pode a Recorrente sofrer tributação sobre a água adicionada ao produtos sujeito à tributação. O mesmo se diz em relação ao malte de uísque;

b) Se tivessem sido importados 14.171 litros de cereal uísque e 6.124 litros de malte uísque a 59,4º GL teriam sido cobrados pelo exportador o equivalente a tais quantidades;

c) A TAB faz alusão a que o IPI e o I.I. incidam sobre o destilado alcóolico 59,4º GL e o laudo só chegou à conclusão de que se trata de destilado alcóolico desta graduação porque o malte uísque e o cereal de uísque estavam diluídos em água, do contrário estar-se-ia diante de destilado alcóolico muito mais concentrado e, inevitavelmente, em todo processo de destilação há liberação de água, sendo por esta razão que a concentração máxima obtível é de 98º GL;

d) A discriminação feita na fatura quanto à quantidade de litros de destilado alcóolico e a de litros reais tem fundamento em que não se obtém 59,6º GL se não forem acrescentadas outras substâncias que tornem menos concentrado o destilado alcóolico, o que, de outra forma, impossibilitaria o transporte da mercadoria, sob risco de perecimento;

e) O laudo favorece os argumentos da Recorrente ao fazer alusão a que a mercadoria importada compunha-se não somente de uísque de cereais e malte de cereais, mas também de outras substâncias. Se a TAB não menciona que a tributação incidirá sobre estas outras substâncias, há de se considerar tão somente o que os documentos juntados atestam, isto é, a importação autorizada de 8.437,2 litros de cereal uísque e 3.646,8 litros de malte de uísque, não obstante tais quantidades terem se imiscuído em outra substâncias e representem, cada qual, em litros reais, 14.171 litros e 6.124 litros;

f) As quantidades discriminadas na fatura levam ao entendimento inequívoco de que os litros reais apontados não representam a totalidade de mercadoria tributável, vez que a diferença entre 14.171 litros reais e 8.437,2 litros de cereal uísque, e 7.257,13 litros e 3.646,8 litros de malte uísque representam exatamente a quantidade necessária de outras substâncias que, por não estarem mencionadas na TAB e por constarem da análise química



feita, não podem ser passíveis de tributação.

Requer seja julgado totalmente improcedente a lavratu
ra do auto de infração.

É o relatório.

YF

V O T O

A recorrente obteve Guia de Importação para importar 8.512 litros de destilado alcóolico chamado cereal uísque com graduação alcóolica de 59,4° GL e 3.696 litros de destilado alcóolico chamado malte uísque com graduação 59,4° GL. As faturas especificam: "8.437,2 litros de destilado alcóolico chamado cereal uísque (grain whisky) obtido de cereal não maltado com três anos de envelhecimento. A ser usado como matéria-prima na fabricação de whisky, com graduação alcóolica de 59,4%; 14.171 litros reais acondicionados em 75 barris" e "6.646,8 litros de destilado alcóolico chamado malte uísque (malt whisky) obtido de cevada maltada com três anos de envelhecimento, a ser usado como matéria-prima na fabricação de whisky, com 59,4 de graduação alcóolica. 6.124 litros reais acondicionados em 33 barris".

Os laudos do Ministério da Agricultura certificam tratar-se de destilado alcóolico com 60% e 59% de álcool em volume - Os laudos do LABANA atestam tratar-se de destilado alcóolico simples de cevada e de malte, com teor alcóolico de 59,7% e 60,3% v.v. ou 59,4° GL.

A NBM/SH apresenta uma classificação (capítulo 22, posição 08, subposição 10) para as preparações alcóolicas compostas, dos tipos utilizados na fabricação de bebidas. O item 01 da mesma abriga as próprias para a preparação de uísque, sendo que seus subitens 01 e 02 correspondem, respectivamente, aos destilados alcóolicos chamados uísque de malte e uísque de cereais, com graduação alcóolica de 59,5° ± 1,5° em volume (graus gay lussac) e o seu subitem 99 corresponde a qualquer outro. Tem-se, assim, que em cada litro de líquido classificável nos códigos 2208.10.0101 e 2208.10.0102 há entre 0,58 L e 0,61 L de álcool e 0,42 L e 0,39 L de água e outras substâncias. Por outro lado, destilado alcóolico malte uísque ou cereal uísque com graduação alcóolica diferente de 59,5° ± 1,5° deve ser classificado no código 2208.10.0199.

Assim, ao obter G.I. para importar 8.512 litros de cereal uísque com graduação alcóolica 59,4° GL, a recorrente não pode-

ria importar volume superior àquele, cujo conteúdo de álcool seria de, aproximadamente 5.056,12 litros. A quantidade de matéria-prima necessária à fabricação de cerca de 21.000 litros de whisky para consumo (graduação de 40º GL) tanto pode ser 14.141 litros de destilado de graduação 59,4º classificável no código 2208.10.0101 (ou 0102), como pode ser, por exemplo, 8.570 litros de destilado de graduação 98º classificável no código 2208.10.0199.

Não prospera a argumentação de que as faturas comprovam que foram importados, respectivamente, 8.437,2 litros e 3.646,8 litros porque os valores faturados (9.280,92 £ e 7.257,73 £) correspondem àqueles quantitativos multiplicados pelos preços unitários (1,1 £ e 1,99 £). A lista de preços apresentada (fls. 51) mostra que os preços cotados são por litro de álcool, e não por litro de preparação. O fato de o exportador fixar seu preço segundo o volume de álcool, independentemente do volume total da preparação, não significa que uma G.I. para determinado volume de preparação possa abrigar qualquer volume superior, desde que o volume de álcool seja o mesmo.

Considero, todavia, que não houve insuficiência de pagamento de tributos, uma vez que o valor da transação, serviu de base ao recolhimento, se refere ao volume total despachado.

Por todo o exposto, dou provimento parcial ao recurso, para manter apenas a multa do art. 526, II, do R.A.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1992.



lgl

SANDRA MARIA FARONI - Relatora